

# **A ASCENSÃO INDIANA NO PERÍODO PÓS-GUERRA FRIA: DO PROTECIONISMO À LIBERALIZAÇÃO**

**Daniela Santos Nunes de Rodrigues**<sup>1</sup>

**Anna Carletti**<sup>2</sup>

## **Resumo:**

O fim da Guerra Fria representou uma grande mudança no Sistema Internacional. Diversos novos atores emergiram no cenário internacional, a queda da União Soviética forçou um grande número de Estados a modificar a sua estratégia de inserção. Os Estados Unidos aparentemente venceram a Guerra Fria, no entanto, apesar de eles terem uma imensa vantagem nos setores econômico e tecnológico sobre os outros atores do sistema, eles não eram o único polo de poder na nova configuração do Sistema Internacional. Nesse período a Índia emerge como um grande poder econômico, e consequentemente político, no continente asiático. Na década de 1990, a Índia promoveu uma série de reformas econômicas de viés liberal que permitiram que o país alcançasse níveis altos de crescimento econômico. Esse trabalho visa analisar os fatores internos e externos que induziram a Índia a promover as reformas econômicas. Por meio de uma revisão de literatura o trabalho analisa primeiramente as mudanças no Sistema Internacional após o fim da Guerra Fria. Em seguida é explorada a natureza das reformas, e então é feita uma análise dos impactos das reformas na postura externa indiana. Desde a independência a Índia construiu sua estrutura econômica baseada em princípios socialistas. A queda da União Soviética significou a perda de um importante aliado para a Índia. Ambos os países tinham uma parceria expressiva nos campos da economia e da estratégia militar. Logo, a Índia foi compelida a procurar por novos parceiros fortes. O Estado Indiano promoveu uma aproximação com os Estados Unidos, aderindo às reformas liberais recomendadas pela América. As reformas foram realmente importantes para aumentar as capacidades materiais da Índia e para lançar o país como um ator importante no novo milênio.

**Palavras-chave:** Palavras-Chave: Índia. Emergência Indiana. Reformas econômicas

**Modalidade de Participação:** Pós-Graduação

# **A ASCENSÃO INDIANA NO PERÍODO PÓS-GUERRA FRIA: DO PROTECIONISMO À LIBERALIZAÇÃO**

<sup>1</sup> Aluno de pós-graduação. jolie.sharp@hotmail.com. Autor principal

<sup>2</sup> Docente. annacarletti@unipampa.edu.br. Orientador

## **A ASCENSÃO INDIANA NO PERÍODO PÓS-GUERRA FRIA: DO PROTECIONISMO À LIBERALIZAÇÃO**

### **1 INTRODUÇÃO**

O fim da Guerra Fria constituiu um marco nos estudos de política internacional. O conflito bipolar que balizava o posicionamento dos países em função das duas superpotências ruiu, descortinando então uma nova etapa para as relações internacionais. Observou-se a emergência de novos atores no cenário internacional, bem como a ressignificação da importância de muitos dos atores já existentes. A Índia é um desses atores cuja importância se alterou no período pós Guerra Fria, ganhando maior proeminência política e econômica.

A Índia realizou uma série de reformas econômicas no início da década de 1990, o que permitiu que o país atingisse contínuos índices elevados de crescimento econômico. A prosperidade auferida traduziu-se não apenas em um aumento de suas capacidades econômicas, mas também bélicas. Atualmente o país encontra-se na posição de maior importador de armas do mundo, tem sua economia entre as maiores no ranking mundial e possui uma considerável capacidade nuclear. O modelo de desenvolvimento econômico indiano tem uma abordagem diferente, apoiando-se principalmente no setor terciário e na afluência do capital estrangeiro.

O problema que norteia a presente pesquisa é justamente elucidar a questão de como se deu a ascensão da Índia à posição de potência emergente no período pós Guerra Fria. Sendo assim, o objetivo geral do trabalho é analisar as conjunturas externa e interna que permitiram a ascensão indiana. Quanto aos objetivos específicos, estes são: analisar a situação da Ásia Oriental e do Subcontinente indiano no processo de reconfiguração do Sistema Internacional no período pós Guerra Fria; explorar as mudanças internas, políticas e econômicas, ocorridas na Índia após o início da década de 1990 e compreender o papel do Estado indiano na condução da estratégia de desenvolvimento baseada no setor terciário.

Tendo em vista a opção pelo uso do método hipotético-dedutivo, após a elaboração do problema de pesquisa que nortearia a condução da monografia, criou-se uma resposta provisória para o problema, cuja veracidade foi testada durante a pesquisa. Trabalhou-se então com a hipótese de que a ascensão da Índia se deu não apenas devido à série de mudanças econômicas internas de cunho liberalizante, mas também devido à conjuntura externa de rompimento da ordem internacional vigente, propiciando uma mobilidade relativa entre as três camadas da economia mundo (periferia, semi periferia e centro). Com o colapso da União Soviética e a aparente vitória americana, os Estados Unidos esforçaram-se para reconstruir a ordem internacional de acordo com os seus interesses, com os quais a liberalização das relações econômicas no mercado internacional estava em perfeita consonância, havendo assim pressão para que medidas nesse sentido fossem amplamente adotadas.

Especialmente em relação aos países periféricos, essa pressão para a liberalização era algo sensível, pois aprofundaria o poder do centro sobre estes, consubstanciando-se então uma nova forma de dominação sobre os mesmos. Ainda assim reconhece-se que as reformas econômicas na Índia já tinham sido iniciadas, porém com menos intensidade, uma década antes. Inferiu-se então, que a conjuntura externa foi importante no processo, porém a articulação interna, tanto política, quanto econômica, foi igualmente fundamental para a ascensão indiana à posição de potência emergente. O instrumental teórico que dá suporte à pesquisa é a teoria dos Sistemas-Mundo de Immanuel Wallerstein.

## **2 METODOLOGIA**

Em relação aos fundamentos metodológicos, a pesquisa pode ser classificada como descritiva, uma vez que se propõe a analisar e descrever o processo de ascensão indiana. Quanto à abordagem, devido ao caráter teórico da investigação, optou-se pela abordagem qualitativa. Sobre as técnicas de pesquisa utilizadas houve o uso da revisão bibliográfica. O método de pesquisa escolhido para a condução da análise foi o método hipotético-dedutivo.

## **3 RESULTADOS e DISCUSSÃO**

Em junho de 1991 a Índia lança o conjunto de reformas liberalizantes cujos três eixos principais eram: as reformas cambiais (desvalorização da rúpia), a liberalização do comércio e reformas na política de atração de investimentos estrangeiros. É em julho de 1991 que P.V. Rao (Partido do Congresso) assume como primeiro ministro, seu antecessor V.P. Singh tinha ocupado o cargo por menos de 1 ano. Rao optou por priorizar a estabilidade dos parâmetros macroeconômicos. Além de adequar suas políticas econômicas como exigido pelo FMI, ele cortou gastos, importações e depreciou a taxa cambial.

Uma das características mais diferentes das reformas indianas no setor público foi a recusa em aderir à onda de privatizações e fechamento de empresas públicas, optando-se em contrapartida pela adoção de medidas de gradual desinvestimento do governo em empresas do setor público, com o governo preservando ainda 51% do investimento, além do controle de gestão. Esse processo auxiliou a prover recursos não inflacionários ao orçamento governamental sem, no entanto, aumentar o déficit fiscal (AHLUWALIA, 1994). A questão do déficit fiscal é um problema enfrentado pela Índia que constitui uma ameaça à sua sustentabilidade financeira desde a década de 1980. A pressão fiscal configurou um dos maiores incentivos às reformas da década de 1990.

Após as reformas de 1990, porém, o governo procurou promover o suporte e a atração ao investimento estrangeiro, que foi liberado para todos os setores, obtendo frequentemente aprovação automática. Tendo em vista essa reorientação da economia em direção à promoção das exportações, a política comercial foi liberalizada substancialmente, salvo para bens de consumo final.

Nessa nova etapa da economia indiana, voltada às exportações, investiu-se também substancialmente na educação superior e nos centros de tecnologia. Inclusive o governo recebeu críticas em relação à priorização da área especialmente das engenharias, mas os resultados desse investimento renderam frutos importantes que explanaremos a seguir. O setor de serviços ganhou cada vez mais importância na economia indiana, aumentando cada vez mais sua participação no PIB. No ano de 1950/1951 a participação do setor primário no PIB era de 59%, do setor secundário de 13% e do setor terciário de 28 %. Já no ano de 2011/2012, esses números eram respectivamente: 16,1%, 24,9% e 59%. Como podemos ver, o setor terciário se tornou o carro chefe da economia indiana, o setor secundário apresentou um crescimento tímido em relação ao terciário, e o setor primário apresentou considerável redução na sua participação no PIB do país.

## **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Chegou-se a conclusão de que a hipótese do trabalho foi confirmada. A conjuntura internacional que se seguiu ao colapso da União Soviética teve como forte característica a

busca dos EUA e dos demais países capitalistas desenvolvidos por induzir a adoção em nível mundial do modelo neoliberal. A adoção deste modelo teve efeitos diversos nas diferentes partes da pirâmide da estratificação mundial. No entanto, na periferia (e aqui se engloba também a semiperiferia) os resultados foram desastrosos em algumas localidades, como se pode perceber pelo caso da América Latina. Ainda assim, para a Índia, a adoção das medidas liberalizantes no período foram amplamente exitosas, permitindo um aumento da capacidade econômica do país.

O presente estudo não se propôs a fazer uma comparação entre os efeitos da onda de liberalização da década de 1990 nos diferentes países da periferia, advogando seu caráter benéfico ou perverso. Contudo, arrisca-se inferir, após o estudo do processo de liberalização da economia indiana, que um dos principais fatores para que este tenha atingido sucesso foi seu marcado gradualismo. Esse gradualismo permitiu que não fosse realizada uma “terapia de choque” com a abrupta corrosão tanto do controle, quanto do patrimônio estatal que foi uma das mais relevantes causas dos efeitos negativos da liberalização em outros lugares do globo. De fato, desde a década de 1980 a Índia buscou empreender esforços no sentido de promover um certo grau de liberalização da sua economia. Tendo observado uma resposta positiva a partir dessas mudanças, as mudanças posteriores mais ousadas já vinham sendo concebidas. Logo, é possível inferir que a conjuntura internacional de promoção mais enfática do ideário de viés liberal estava em consonância com uma parcela significativa dos formuladores da estratégia de desenvolvimento indianos. Indo mais além, pode-se inferir ainda que a junção desses condicionantes internos e externos atuou formando uma conjuntura muito específica que permitiu a ascensão indiana.

Entre os fatores internos que levaram à adoção das medidas está o desgaste do modelo de economia planificada de inspiração soviética adotada pela Índia após a sua independência. O engessamento da economia que tentava erigir-se sob um modelo praticamente autárquico levou a desequilíbrios de ordem macroeconômica, resultando em uma mudança na visão positiva sobre o controle excessivo do Estado e do modelo de desenvolvimento voltado para dentro. Esses desequilíbrios resultaram em uma crise interna na Índia no início da década de 1990, servindo como mais um condicionante chave para as mudanças em direção à liberalização. Em função dessa situação o país foi levado a recorrer a um empréstimo do FMI. Como é de amplo conhecimento, bem como foi explanado no segundo capítulo da monografia, o FMI oferece ajuda econômica mediante a adoção de uma série de medidas econômicas restritivas. Discorreu-se sobre como alguns autores percebem que esta associação com o dinheiro proveniente do FMI teria configurado um dos fatores externos mais significativo para a adoção das medidas liberalizantes, no entanto essa opinião não é unânime, tendo autores que partilham da ideia apresentada anteriormente de que o Estado Indiano já vinha planejando uma maior abertura econômica desde antes dessa crise. E, logo, que as imposições do FMI estavam em consonância com a mudança de estratégia econômica indiana.

Esse planejamento de abertura da economia indiana já provocava debates internos porque mesmo que a Índia estivesse auferindo índices estáveis de crescimento logo após a implementação do modelo inspirado no receituário socialista, os vizinhos asiáticos cujas economias eram voltadas à exportação apresentavam índices de crescimento muito maiores. Por conseguinte, passou a tornar-se evidente que a Índia não estava desenvolvendo plenamente seu potencial econômico, e que isso se dava em grande parte devido ao modelo escolhido para estruturar sua economia.

Outro aspecto importante da hipótese inicial foi conferir ao Estado indiano um papel crucial na sua ascensão econômica e política. No desenvolvimento do final do primeiro

capítulo apresentou-se uma aproximação teórica utilizando-se das contribuições de Wallerstein e Arrighi. Posteriormente, no final do segundo capítulo esse aporte teórico de ambos os autores nos auxilia a confirmar essa parte da hipótese. Desde meados da sua criação a Índia investiu na criação de centros de Tecnologia e Desenvolvimento, aumentando substancialmente o investimento econômico nesse tipo de empreendimento ao colher as benesses oportunizadas pelas reformas econômicas. Sendo um Estado pertencente à semiperiferia, a Índia possui dentro de sua jurisdição tanto atividades típicas de núcleo orgânico quanto de periferia. É perceptível a opção da estratégia indiana em forçar-se no aumento da sua competitividade em suas atividades de núcleo orgânico, aproveitando-se da sua vantagem sobre os custos de produção que esta possui em relação aos Estados de núcleo orgânico. Instrumentalizou-se a abertura econômica canalizando diversos incentivos ao desenvolvimento do setor terciário, principalmente de tecnologia da informação. Isso levou a um florescimento da área que se tornou o coração da estratégia de desenvolvimento indiana. É evidente o planejamento estatal para o desenvolvimento dessas atividades do setor terciário que podem ser tranquilamente apontadas como a base de sustentação dos altos índices de crescimento econômico auferidos pela Índia no decorrer dos últimos anos.

Tanto as considerações teóricas de Arrighi, quanto de Wallerstein trazem que a mobilidade ascendente dos países periféricos, seja da periferia ou da semiperiferia é possível, mas uma exceção à regra. A mobilidade resultante da melhoria do status destes países dependeria muito de uma conjuntura específica tanto de fatores externos, quanto de esforço político interno para ser lograda, justamente como o proposto na hipótese. Ao dissertar sobre a periferização de atividades do núcleo orgânico, citando o caso da industrialização, Arrighi fornece também uma contribuição valiosa ao estudo do caso indiano. O novo modelo de desenvolvimento econômico da Índia entrado no setor terciário e na afluência de capital estrangeiro pode ser possivelmente compreendida como a “estratégia inovadora” descrita por Arrighi, que aliada com uma conjuntura específica, poderia atuar melhorando a classificação do Estado periférico.

A Índia enfrenta ainda muitos problemas internos, especialmente de cunho social. Ao mesmo tempo em que o país exporta mão de obra altamente qualificada, os índices de analfabetismo principalmente entre as mulheres são muito altos. A corrupção endêmica é outro problema que afeta a estabilidade política interna. O crescimento econômico indiano permitiu sem dúvidas uma qualificação da inserção internacional do país, com este ganhando maior importância no cenário mundial. Contudo, existem muitas dúvidas sobre em que medida esse crescimento se traduziu em desenvolvimento, entendido aqui no sentido mais heterodoxo da palavra, abrangendo não só o crescimento econômico, mas o bem estar social. A diáspora de famílias indianas ricas e bem sucedidas em nos EUA, contrasta em muito com a realidade de milhares de indianos que vivem na pobreza. A maior democracia do mundo enfrenta ainda muitos desafios quanto à própria estruturação dos mecanismos de política interna, sendo um campo de escudos demasiadamente fecundo.

## REFERÊNCIAS

AHLUWALIA, Montek S. **India's Economic Reforms**. Brasília, 1994. Disponível em: <<http://planningcommission.nic.in/aboutus/speech/spemsa/msa012.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2017.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O fim do mundo como o concebemos: Ciência social para o século XXI**. Rio de Janeiro: Revan, 2003. 315 p. Tradução de: Renato Aguiar.

WALLERSTEIN, Immanuel. O declínio do poder americano. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001 367p.